



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Índia e Paquistão: guerra nuclear e geopolítica no sul da Ásia

João Fábio Bertonha*

Problemas de fronteira entre Índia e Paquistão são praticamente uma constante desde que os dois Estados foram constituídos a partir da dissolução da Índia britânica nos anos 40. Os dois países também já estiveram envolvidos em várias guerras nas últimas décadas. Aparentemente, o mundo não deveria se preocupar muito com isto. Nos últimos anos, contudo, um elemento novo apareceu: as armas nucleares. Desde os testes atômicos de 1998, os dois países se assumiram como potências nucleares e a possibilidade de uma guerra nuclear volta ao noticiário todas as vezes em que aumenta a tensão entre os dois países. A questão é: esse risco é real ou a comunidade internacional se preocupa a toa?

Numa primeira apreciação, as crises entre Índia e Paquistão seguem um roteiro quase invariável: algum elemento detonador (atentados terroristas, guerrilha na Caxemira, etc.), troca de acusações, ameaças e de alguns rounds de artilharia, pânico mundial, recuo e simulacro de negociações até outra crise surgir. Aparentemente, nenhum dos dois lados leva a sério o risco de ataques nucleares, tanto que não se tomam medidas preventivas, como a retirada da população de centros urbanos ou a construção de abrigos.

Acho difícil imaginar que algum líder indiano ou paquistanês pense seriamente em ordenar um ataque nuclear ao vizinho, pois a retaliação e a repercussão internacionais seriam catastróficas. Também parece evidente que a corrida e a retórica nucleares servem para consumo político interno, reforçando a força e o orgulho nacionais (no que alguns analistas gostam de chamar de "diplomacia do Viagra"). No caso da Índia, além disso, criar um arsenal nuclear é uma forma de manter a paridade estratégica com a China e afirmar sua independência frente às grandes potências, e não necessariamente uma arma a ser usada.

No entanto, parece evidente que os Estados maiores indiano e paquistanês planejam o uso do arsenal nuclear em caso de um

* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da mesma Universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

MERIDIANO
47
N

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nºs 23 e 24
Junho/Julho – 2002



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÍNDIA E PAQUISTÃO: GUERRA
NUCLEAR E GEOPOLÍTICA NO SUL
DA ÁSIA

JOÃO FÁBIO BERTONHA

GUERRAS QUE NUNCA TERMINAM
CRISTINA SOREANU PECEQUILO

O BOLETIM DO IMPÉRIO
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

DESAFIANDO O IMPÉRIO:
BOUTROS-GHALI E BUSTANI NAS
NAÇÕES UNIDAS
GUSTAVO HENRIQUE C. RAMOS

A PRECOCE DECADÊNCIA DA
TERCEIRA VIA NA AMÉRICA LATINA
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

UM PLANO MARSHALL PARA A
ÁFRICA? A NEPAD NA REUNIÃO
DO G8
WOLFGANG DÖPCKE

ELEIÇÃO À FRANCESA
MÁRCIO C. COIMBRA

SOBERANIA, RESPONSABILIDADE
ESTATAL E CRISES ECONÔMICO-
MONETÁRIAS
MINORU NAKADA

A precoce decadência da Terceira Via na América Latina

Virgílio Caixeta Arraes*

Nas últimas semanas, o mercado, que vive de expectativas, coloca o Brasil em estado “pré-falimentar”, ao sinalizar o aumento constante do risco-país – medida relativa à diferença entre os juros dos títulos da dívida dos EUA e dos demais países – e do dólar. Tal situação derivar-se-ia da incerteza do resultado da eleição presidencial, em outubro próximo. Para tanto, chegou-se a criar um índice para medir o risco de vitória do candidato da oposição.

Todavia, a situação desabonadora por que passa o país decorre de medidas correntes e pretéritas da gestão atual, que, conscientemente, se aventurou em um processo político-econômico, em que os pilares trincam há tempos, em vários locais do mundo: a Terceira Via.

Este projeto tornou-se real ao posicionar-se como alternativa viável entre o finado socialismo real do Leste europeu e a direita neoliberal, de inspiração anglo-saxã. Com laivos de social-democracia, a Terceira Via propunha-se a combinar virtudes sociais com a eficiência da competitividade do mercado. Em suma, procederia de forma pendular, não se pautando por dogmatismos, mas por uma pretensa serenidade política, advinda da observação e do estudo de ambas vertentes ideológicas: direita e esquerda.

Nos anos 90, fugazmente, encantou a Europa, principalmente a Grã-Bretanha, onde viceja ainda, os Estados Unidos, com o conservadorismo “esclarecido” de Clinton, já derrotado há dois anos, e a América Latina, notadamente o Brasil, em que a agonia já não pode ser mais atribuída a questões meramente regionais ou nacionais.

O Brasil, apesar de integrar-se tardiamente, em meados dos anos 90, logo se esforçou para efetuar as reformas que o modernizariam e conduziriam à retomada do desenvolvimento, que fora claudicante nos anos 80, com a crise da dívida externa, inflação e queda dos regimes autoritários militares.

Basicamente, as medidas efetuadas pelos países latino-americanos foram, variando a intensidade: austera disciplina fiscal e monetária, com o corte de gastos e reformas administrativas; a desregulação em relação à circulação do capital e o desmonte do modelo de industrialização adotado entre as décadas de 50 e 80, de forma que países periféricos se concentrassem apenas nas atividades em que, sob competição internacional, pudessem obter vantagem real para a produção. Desta forma, aplicando diligentemente os novos preceitos, o crescimento sustentado retornaria, sob a égide do capital privado, ansioso por novas oportunidades de investimento fora da área da OCDE, o que significava, de início, a privatização ou a concessão de boa parte do setor público, inclusive os ligados à rede de solidariedade social, como saúde, educação e previdência.

A aceitação do projeto, por parte da sociedade latino-americana, deveu-se ao relativo controle da inflação, que, durante anos, se tornara um tributo extra para as classes média e baixa. Assim, a sua baixa substantiva significou a aceitação da radical aplicação de medidas “modernizantes” que, em pouco tempo, ocasionaram, em troca, o aumento da dívida tanto interna como externa, o sacrifício do parque industrial erigido em décadas anteriores – à exceção do

¹ Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela mesma Universidade. É editor-adjunto de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

México, em função do NAFTA –, o realce das desigualdades sociais, com medidas sociais compensatórias iníquas, a ampliação da concentração de renda, com a América Latina tendo por índice de crescimento de milionários 12%, em relação ao ano passado, por exemplo, enquanto o restante do mundo, 3%, e a majoração do ritmo das importações, sem que as exportações pudessem acompanhá-la.

Como já salientado, o quadro não é atributo de um país apenas, mas de uma região. Decorre, deste modo, o risco de contágio, tão propalado pelo mercado. A desintegração da Argentina, com o maior risco país do mundo, aponta para a falência do modelo, visto que o país aderiu entusiasticamente ao ideário “modernizante” e perdeu-se inequivocamente.

O pêndulo da Terceira Via sempre se inclinou no processo todo para o conservadorismo, de modo

que sua atuação não se chocou com o receituário do Consenso de Washington, que basicamente recomendava medidas similares, diferenciando-se, talvez, pelo compasso.

Mesmo diante da dramaticidade do quadro gerado pela crença resoluta no ideário neoconservador, a Terceira Via corrobora o pêndulo para o lado direito, ao considerar alarmante a hipótese de escolher-se, na eleição presidencial, projeto divergente dos desígnios do mercado. Para ela, a democracia não é vista como forma para intermediar, sem viés autoritário, os antagonismos entre diferentes setores da sociedade, com soluções encaminhadas por meio do diálogo, mas como mera protocoladora dos anseios de um setor específico. Desta forma, na América Latina, a Terceira Via, em breve, se confundirá com os demais projetos autoritários esboçados para a região.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.